

COLEÇÃO LOCUS

A REVOLUÇÃO FARROUPILHA E

PASSO FUNDO

ALÉXIA LANG MONTEIRO
BRUNO MATEUS HECKLER

ALEX ANTÔNIO VANIN
DJIOVAN CARVALHO
FERNANDO MIRANDA
(COORDENAÇÃO)



Coleção Locus

Instituto Histórico de Passo Fundo

Coordenação

Alex Antônio Vanin

Djiovan Vinícius Carvalho

Fernando Borgmann Severo de Miranda

Editoração e Capa

Alex Antônio Vanin

Imagem da capa

Croqui da obra Proclamação da República Rio-Grandense, de Antonio Parreiras. 1914. Original Batalhão Bento Gonçalves.

Obra produzida com recursos do 5º Prêmio Funcultura do Município de Passo Fundo – 2020

Apoio

Arquivo Histórico Regional (PPGH-UPF)

Museu Histórico Regional (PMPF/UPF)

Prefeitura Municipal de Passo Fundo

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

M775r Monteiro, Alexia Lang
A Revolução Farroupilha em Passo Fundo [recurso eletrônico] / Alexia Lang Monteiro e Bruno Mateus Heckler. – Passo Fundo: Acervus Editora, 2022.
1 MB ; PDF. – (Lócus ; 3).

ISBN: 978-65-81266-20-2.

Coordenadores da coleção: Alex Antônio Vanin, Djiovan Vinícius Carvalho, Fernando Borgmann Severo de Miranda.

1. Brasil - História - Guerra dos Farrapos, 1835-1845. 2. Passo Fundo (RS) - História. I. Heckler, Bruno Mateus. II. Título.

CDU: 981.65

Catalogação: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

ALEX ANTÔNIO VANIN
DJIOVAN CARVALHO
FERNANDO MIRANDA
(COORDENAÇÃO)

COLEÇÃO LOCUS

A REVOLUÇÃO FARROUPILHA E
PASSO
FUNDO

ALÉXIA LANG MONTEIRO
BRUNO MATEUS HECKLER



Instituto
Histórico
de Passo Fundo
Fundado em 15 de abril de 1954



APRESENTAÇÃO

Passo Fundo está localizado no Norte do Rio Grande do Sul e, por sua posição geográfica estratégica, ocupa um espaço privilegiado em diversos processos e acontecimentos históricos. Apesar de essa questão estar naturalizada nas narrativas históricas sobre Passo Fundo, as relações estabelecidas entre o contexto geral e as especificidades locais nem sempre conseguem evidenciar o papel e/ou as consequências de determinado fato para o município e para a cidade.

A historiografia, muitas vezes, trata como algo menor os acontecimentos locais, ocorridos antes, durante ou depois de eventos que pontuam a história. Desse modo, o que se pretende com a Coleção Locus é publicar textos que relacionem e atrelem acontecimentos e períodos em contextos regionais, nacionais e globais, possibilitando a compreensão de simultaneidade e o estabelecimento de relações entre os acontecimentos. Tendo em vista a necessidade de democratização do conhecimento histórico em espaços formais e informais de ensino, é de extrema necessidade torná-lo parte integrante do indivíduo, a fim de que este saiba da historicidade do local de vivência para, posteriormente, interligar os fatos locais e regionais com os acontecimentos universais.

A história local está intimamente ligada à identidade dos sujeitos que vivem e/ou viveram em Passo Fundo, a partir de suas relações com os espaços, com outros sujeitos e com a própria urbe. A possibilidade da construção de narrativas da história in loco e própria de um local permite que aqueles que vivenciam a cidade e o município hoje tenham fomentadas suas curiosidades e, conseqüentemente, a noção de que a valorização e a preservação dos traços culturais de nossa comunidade são necessárias.

Quando os sujeitos, os protagonistas da leitura histórica, passam a visualizar os sutis ou explícitos pontos de intersecção entre fatos ocorridos aqui com contextos regionais, estaduais, nacionais e mundiais e o desenvolvimento de outras sociedades, então, teremos a possibilidade de observar sujeitos conscientes da historicidade das ruas, praças, prédios, monumentos e demais espaços, além do papel de indivíduos e instituições que permeiam o imaginário local.

A proposta desta Coleção resulta dos projetos desenvolvidos pelo Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF), por seus colaboradores e seus parceiros, de produzir e incentivar a produção de narrativas históricas que tornem acessíveis a história de Passo Fundo. Assim, a Coleção Locus tem a pretensão de alcançar um público mais diversificado, formado por pessoas que se interessam por História, além de professores, alunos, escolas e cursos superiores de formação docente. Por meio de produções crítica, processual e didática, objetiva-se chegar

a uma pluralidade de municípios e instituições, contribuindo para que todos ampliem seu conhecimento da realidade na qual estão inseridos.

O material que chega agora às mãos dos leitores foi desenvolvido em três etapas: em um primeiro momento, foram observados os currículos dos anos finais do Ensino Fundamental e a seleção de temáticas a serem desenvolvidas; sequencialmente, fez-se o levantamento de documentos sobre a história de Passo Fundo junto a entidades de preservação histórica de Passo Fundo, como o Arquivo Histórico Regional (AHR/PP-GH-UPF), o Museu Histórico Regional (MHR/PMPF-UPF) e o próprio Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF); por fim, foram convidados alguns professores e estudantes para produzirem materiais didático-pedagógicos que permitissem auxiliar na compreensão de acontecimentos locais/regionais/nacionais.

De todo modo, sabemos que este material se constitui como uma primeira tentativa, provisória e lacunar, de produzir recursos para que professores, estudantes e comunidade em geral conheçam e articulem eventos históricos. A efetivação desta Coleção foi possível graças à premiação do Instituto Histórico de Passo Fundo no 5º Prêmio Funcultura de Passo Fundo.

Desejamos uma boa leitura!

Os Coordenadores

PASSO FUNDO E A REVOLUÇÃO FARROUPILHA

Comemorada até os dias atuais, a Guerra Civil Farroupilha (1835-1845), também chamada de Revolução Farroupilha, é um marco simbólico da história do Rio Grande do Sul e a mais duradoura das revoltas ocorridas ao longo do Período Regencial (1831-1840). No entanto, apesar de ser constantemente rememorada em alguns de seus aspectos gerais, costuma não ser compreendida de acordo com suas especificidades, posto que, muitas vezes, o contexto vivido pelo país naquele momento sequer é lembrado. Assim, em várias oportunidades, a narrativa em torno da Guerra Civil Farroupilha foi romantizada para servir a interesses diversos e, por isso mesmo, é comum que equívocos tenham sido narrados como verdades inquestionáveis. Dessa forma, torna-se necessário compreender qual o contexto político e econômico do Brasil e da então Província do Rio Grande do Sul, bem como quais as reivindicações dos sujeitos envolvidos no conflito e, além disso, quais as motivações para que, posteriormente, a Guerra Civil tenha se tornado parte de um calendário cívico onde se projeta e comemora aquilo que se definiu como identidade gaúcha.



Representação de uma batalha ocorrida ao longo do decênio 1835-1845. Disponível em: <https://obshistoricogeo.blogspot.com/2014/12/a-guerra-dos-farrapos.html>. Acessado em janeiro de 2022.

Em 1822, o brado de “Independência ou Morte” possibilitou ao país separar-se da Coroa Portuguesa, constituir governo próprio e iniciar as discussões necessárias que dariam vez à Constituição de 1824, primeiro texto constitucional da história brasileira. No princípio, após a Independência, foi elaborada uma Assembleia Constituinte, porém, devido a desavenças internas, Dom Pedro I dissolveu-a e tornou-se o principal responsável pela elaboração do documento. Em suas linhas, ficou definido que a forma de governo seria a de uma Monarquia hereditária e que os poderes se concentrariam, consequentemente, na figura do imperador; assim, era função do monarca nomear os homens responsáveis por ocupar os cargos de presidentes das províncias. Convém dizer que as discussões acerca de maiores liberdades das províncias já haviam sido acaloradas durante a preparação do documento e a falta de autonomia,

com o passar do tempo, causaria uma série de problemas para o Império.

Em 1831, portanto menos de dez anos após a Independência do país, o Primeiro Reinado (1822-1831) terminou. Tendo em vista os desdobramentos que se sucediam em torno da disputa da Coroa Portuguesa, Dom Pedro I resolveu abdicar do Império brasileiro em nome de seu filho, Pedro de Alcântara, de apenas cinco anos de idade. O trono, agora vago, marcaria o início do Período Regencial, no qual, devido à impossibilidade de o herdeiro assumir a vaga, diferentes regências foram compostas até que o jovem monarca alcançasse a maioridade.

Foram, de acordo com a ordem cronológica, constituídas as seguintes regências:

- Regência Trina Provisória (1831);
- Regência Trina Permanente (1831-1835);
- Regência Una de Feijó (1835-1837);
- Regência Una de Araújo Lima (1837-1840).

O período em questão, por sua vez, no qual a ausência do imperador influenciou diretamente no rumo dos acontecimentos, além de acirrar os ânimos, reanimou as disputas e discussões em torno dos debates sobre a maior autonomia provincial. Nesse sentido, em 1834, durante a Regência Trina Permanente, houve uma tentativa de garantir, como era reivindicado pelas oligarquias, maior autonomia para as províncias: o Ato Adicio-

nal de 1834 substituiu os Conselhos Gerais por Assembleias Legislativas Provinciais e, por conseguinte, modificou o caráter meramente reivindicatório da primeira pelo direito à participação dos cidadãos da província assegurado na segunda. No entanto, não foi suficiente para interromper os levantes ocorridos entre 1831-1840, justamente no – até então – período de maior instabilidade pelo qual a jovem nação passava.

Entre 1831 e 1838, cinco grandes revoltas eclodiram no país: *Cabanagem*, no Pará (1835-1840); *Balaiada*, no Maranhão (1838-1841); *Sabinada*, na Bahia (1837-1838); *Guerra dos Farrapos*, no Rio Grande do Sul (1835-1845); *Revolta dos Malês*, na Bahia (1835), além de outros tantos movimentos de menor dimensão. Localizada nesse contexto de busca por maior autonomia, a Guerra Civil Farroupilha expressou, a seu modo, reivindicações políticas e econômicas da oligarquia sul-riograndense, que se via duplamente prejudicada pela Corte brasileira. O conflito durou pouco mais de 10 anos e, nesse caso, foi o maior do período em relação ao seu tempo de duração.

Em seu caráter econômico, é importante termos noção de características gerais da economia do país e da Província do Rio Grande do Sul. No Brasil, naquele momento, o principal produto de exportação era o café, sendo que, até então, as grandes lavouras cafeeiras se concentravam no estado do Rio de Janeiro e em regiões de São Paulo. Sendo assim, a elite econômica da região ditava muitos dos rumos do país no que diz respeito às decisões políticas e econômicas. Em contrapartida, a pecuária

era o setor econômico predominante na Província do Rio Grande do Sul, ao passo que o principal produto se tratava do charque e, por isso, a principal unidade produtiva chamava-se de charqueada. A produção de carne salgada estava voltada para o abastecimento do mercado interno, constituindo-se como o principal alimento dado aos escravizados. Outros produtos, produzidos em menor escala nas charqueadas, eram o sebo e o couro.



Representação de um armazém de Charque. Pintura por Debret. Disponível em: <http://www.vivaucharque.com.br/ocharque/historia>. Acessado em janeiro de 2022.

Assim, a grande queixa da oligarquia sul-rio-grandense recaía sobre a taxaço de seu principal produto que, por um lado, tornava difícil a concorrência com o charque platino e,

por outro, dificultava a possibilidade de maiores lucros e acúmulo de capitais. Desse modo, a principal reivindicação e motivo de contestação dos farroupilhas diante do governo central tinha caráter econômico, pois exigia-se a revisão dos preços considerados abusivos, e do ponto de vista político, como ocorrera em outras províncias, conclamava-se por maior liberdade, que significava, na prática, poder constituir governo próprio sem ficar refém das nomeações que partiam da Corte.

O termo farroupilha/farrapos, apesar de muitas vezes consagrado na cultura popular como sinônimo dado a esses homens por conta de suas vestimentas precárias, não se aplica na realidade. A maior parte das lideranças farroupilhas era proveniente de famílias abastadas, além de ocupar altos cargos militares, portanto, não andava com roupas em péssimas condições de uso. O termo, na verdade, tem conteúdo político e refere-se a uma das três principais facções políticas atuantes no período anterior ao levante.

Em 1831, já circulavam jornais na então capital, Rio de Janeiro, onde o termo era inclusive título de alguns periódicos. Sendo assim, a expressão era usada para designar uma das três principais correntes políticas da época, a saber, a dos Liberais Exaltados, que entre outras coisas, disputou o poder com Liberais moderados e com os Caramurus, estes últimos adeptos da volta de Dom Pedro I ao trono.

Outro equívoco consagrado é aquele que diz que todos os farroupilhas eram republicanos, o que não se constitui como

verdade. O Republicanismo não era a corrente dominante entre as fileiras farroupilhas. Bento Gonçalves, por exemplo, jamais foi republicano, apesar de tratar-se da principal liderança e, posteriormente, ter sido consagrado como presidente da República do Piratini. O caráter das ideias, no entanto, possuía conteúdo liberal – cujo usos, na realidade, serviram como prerrogativas para justificar a insatisfação contra a centralização. Nesse sentido, a noção de contrato social em John Locke (1632-1704) se configurou como um dos elementos discursivos utilizados pelos farrapos para defender o seu direito de sublevação, pois, de acordo com o pensador inglês, trata-se de direito – e até obrigação – do cidadão se insurgir contra o governo quando seus direitos de propriedade se encontram, de algum modo, ameaçados.

Em seu caráter institucional, na esteira dos argumentos formulados por John Locke e Montesquieu (1689-1755), outro elemento de coesão entre os farroupilhas era a ideia de separação dos poderes, representada na adoção do Judiciário, Executivo e Legislativo e seu sistema de pesos e contrapesos, que objetivava, portanto, que essa elite econômica local pudesse ascender ao poder, formular as suas próprias leis e não mais ser constrangida economicamente por conta dos mandos e desmandos da Corte. Ademais, ao que pese o caráter liberal das reivindicações em torno da liberdade e igualdade dos direitos para os cidadãos, estas devem ser entendidas de acordo com a validade dos conceitos à época, já que, naquele contexto,

ser cidadão era sinônimo para proprietários e homens de posse. Justamente por isso o voto censitário, isto é, que restringia a possibilidade de voto somente a homens que tivessem uma idade específica e que pudessem comprovar determinada renda, nunca foi questionado ou posto em xeque pelos farroupilhas.

A primeira etapa da Guerra Civil Farroupilha, correspondente ao período de 1834 a 1836, foi marcada pela deposição do então governador Antônio Rodrigues Silva Braga e pela Proclamação da República do Piratini, efetuada em 12 de setembro de 1836, pelo general Antônio de Sousa Netto, após a Batalha do Seival.

Antes, porém, ainda em 1834, quando o então presidente da Província, Antônio Rodrigues Silva Braga, acusou os liberais de conspiradores, as tensões políticas que vinham se acentuando ao longo dos últimos anos alcançaram seu ponto alto. As tratativas internas não foram efetivas e a paz não conseguiu ser negociada, de modo que os rebeldes liderados por Bento Gonçalves da Silva pleitearam junto ao governo central a intervenção de um nome que os agradasse – pedido que, por sua vez, não foi atendido.

Consequentemente, os farroupilhas tomaram Porto Alegre, forçando a retirada das forças imperiais da cidade. Foram abertas negociações entre os rebeldes e o governo central, sem que delas resultasse algum acordo efetivo. Não tardou até que as forças leais ao governo central retomassem a cidade de Porto Alegre, que a partir de então não passaria mais a ser controlada pelos revoltosos.



Retrato de Bento Gonçalves da Silva, óleo sobre tela, século XIX, Pintado por Guilherme Litran. Acervo do Museu Júlio de Castilhos, Porto Alegre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org>. Acessado em janeiro de 2022.

Em 10 de setembro de 1836, após a Batalha do Seival, sob as ordens do general Antônio de Souza Netto, é proclamada a República Rio-Grandense, cuja capital era a cidade de Pirati-

ni. Entretanto, a separação não era o objetivo inicial. Inclusive, como já vimos, o objetivo primeiro era a substituição do cargo de presidente da Província por um nome que não fosse alheio às demandas dos farrapos. Assim, muitos historiadores são unânimes em afirmar que, na verdade, a proclamação foi a única saída diante da impossibilidade de haver acordos com o governo central.

No dia 20 de setembro de 1836, após adesão da Câmara Municipal de Jaguarão à República Rio-Grandense, foi proposto que Bento Gonçalves liderasse a recém-formada República. Já no mês seguinte, uma nova manobra foi planejada: com o objetivo de reunir-se às tropas lideradas por general Netto, os homens comandados por Bento Gonçalves buscaram atravessar a Ilha do Fanfa, porém, a tropa leal ao Império, liderada por Bento Manuel – que depois passaria a lutar ao lado farroupilha – venceu a batalha. Os custos foram altos para os farrapos, que há pouco tempo haviam constituído seu governo. Naquele momento, novamente o governo central ofereceu condições de paz, sem que estas fossem aceitas pelo lado oposto. Desse modo, Bento Gonçalves, junto com outras lideranças, dentre as quais estava Onofre Pires, foram julgados e presos, enquanto o governo republicano foi reestruturado com José Gomes Jardim assumindo a sua respectiva presidência. É nesse período que a República Rio-Grandense é de fato organizada, contando com a estrutura administrativa própria, incluindo ministérios e repartições públicas.

Já sob reclusão, Bento Gonçalves ficou primeiro preso na Fortaleza da Lage, localizada na capital Rio de Janeiro. Lá, a liderança farroupilha teve contato com Giuseppe Garibaldi, homem influenciado por ideais republicanos, que tomou parte nos acontecimentos envolvendo a Farroupilha e, posteriormente, tornou-se um dos principais nomes da Unificação Italiana, ocorrida em 1870. Ainda no Rio de Janeiro, Bento Gonçalves tentou fugir pela primeira vez, mas não obteve êxito; foi mandado para Salvador, de onde conseguiu escapar e voltar ao Rio Grande do Sul para reassumir o comando da República Rio-Grandense.

Em 1838, os farroupilhas chegaram em Santa Catarina, onde buscavam viabilizar a tomada de Laguna; a conquista da cidade, por seu turno, tinha motivos estratégicos, pois ter seu domínio dava a possibilidade de acesso ao oceano Atlântico. Em 1839, o plano foi concretizado e os farrapos partiram até Desterro, atual Florianópolis, proclamando a República Juliana, formando uma confederação com a República Rio-Grandense. O nome, por óbvio, era uma homenagem à Revolução Francesa e à causa republicana.

Entretanto, o governo levantado em Santa Catarina não resistiu mais do que quatro meses, quando as forças imperiais se organizaram e expulsaram os farroupilhas dali. Desse modo, o fim da República Juliana foi o evento que marcou o declínio dos farroupilhas, que a partir de então empreenderam apenas operações pontuais de guerrilha.

Ademais, o início da década de 1840 marcou a subida de Dom Pedro II, então com 16 anos, ao trono. Junto com a sua ascensão e em meio a uma série de conflitos ainda em andamento, o objetivo urgente do jovem monarca ia ao encontro do restabelecimento da paz em todo o país e, a partir de então, uma figura ganharia destaque nos processos de pacificação no período regencial. O nome em questão trata-se de Luiz Alves de Lima e Silva, mais conhecido como barão de Caxias.

Em 1842, o barão de Caxias foi escolhido como o presidente da Província, tendo como principal objetivo iniciar tratativas que encerrassem definitivamente a questão. Para dar conta da missão para qual foi escalado, uma das principais estratégias adotadas pelo militar foi instrumentalizar as disputas internas entre os farroupilhas a fim de desgastá-los. A paz foi definitivamente assinada em 1845, mais precisamente no dia primeiro de março, na localidade de Ponche Verde. Entre os pontos assinalados no documento, o Império assumia as dívidas de guerra; como era de desejo dos revoltosos, o charque importado passaria por um aumento de sua taxa; e os militares sul-rio-grandenses poderiam assumir novamente seus respectivos postos no Exército imperial.

Portanto, ao passo em que os farrapos sofreram uma derrota militar frente ao Império, pode-se dizer que conquistaram uma vitória política, pois os principais pontos, que inclusive foram utilizados como justificativas para iniciar o conflito, passados mais de dez anos, foram atendidos pela Monarquia brasileira. Era o fim da mais longa das revoltas regenciais.

Se, por um lado, as forças imperiais obtiveram vitória militar frente aos farroupilhas, por outro, os farroupilhas, em um certo sentido, devido ao fato de que parte de seus anseios foram atendidos, conseguiram uma vitória política frente ao Império, que, além de anistiar as principais lideranças do movimento, taxou o charque importado e assumiu dívidas do conflito. Posteriormente, as interpretações sobre a revolta assumiriam outro caráter. Durante muito tempo, o acontecimento não foi comemorado, nem mesmo fora apoiado pela maior parte da população enquanto o conflito acontecia. Porém, com o fim da Monarquia, ocorrido em 1889, e com a chegada do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) ao poder, estes buscariam nas lideranças e nos ideais republicanos presentes no movimento – que não era maioria entre os quadros farroupilhas – o respaldo histórico necessário para legitimar no passado a ideia republicana e sua presença no estado desde tempos anteriores. A partir de então, a data de 20 de setembro assumiria outra conotação, sendo, portanto, respaldada por políticos e associações diversas.



Cartaz da exposição comemorativa do primeiro centenário da Farroupilha. Disponível em: <http://lealevalerosa.blogspot.com/2010/05/centenario-da-revolucao-farroupilha.html>.

E Passo Fundo no conflito? Com a elevação de Cruz Alta à categoria de vila, com a denominação de Espírito Santo da Cruz Alta, por resolução de 11 de março de 1833, e a posterior instalação do município em 4 de agosto de 1834, o povoado de Passo Fundo passou a constituir o 4º Distrito do novo município.

Como forma a garantir a existência administrativa do povoado, era necessário que fosse criada uma capela, passando a responder a uma freguesia. Então, a capela foi erguida sob a in-

vocação de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, passando o povoado a ser conhecido como Nossa Senhora da Conceição Aparecida do Passo Fundo. No período, cerca de 104 fogões¹ compunham o montante populacional da sede do distrito.

Quando da eclosão da Guerra Civil Farroupilha, em 1835, sabe-se que o distrito era ponto de passagem da Serra Geral entre as Missões e Vacaria, sendo, portanto, identificados momentos em que as tropas, tanto farroupilhas quanto imperiais, passaram por Passo Fundo. Há registro sobre:

- a de José Mariano de Matos, vice-presidente da declarada República Rio-Grandense, vindo de Lages em direção a Porto Alegre, em 1838;
- as tropas imperialistas do capitão Hipólito Machado Dias, vindas de Curitiba, em 1839;
- a Leal Divisão Cruz-altense, também imperialista, comandada pelo coronel Antônio de Mello Albuquerque, de Cruz Alta para Santa Catarina, em 1839;
- a dos capitães Joaquim Teodoro Prestes e Felisberto, vindos de Cruz Alta para Vacaria, em 1840;
- a do general legalista Pedro Labatut, vindo da região do Rio das Antas posteriormente passando pelo Bo-

¹ Fogões: lugar nas estâncias ou galpões, onde se faz o fogo para o chimarrão e o churrasco; por extensão, 'pousada', entendida como morada permanente. Segundo o historiador Francisco Antonino Xavier e Oliveira, que aponta estes dados em sua obra *Annaes do município de Passo Fundo* – vol. II – p. 78, a média para este número de habitações era de 4 pessoas por cada um, totalizando no mínimo 419 habitantes.

tucaraí, em direção a Rio Pardo entre 1838 e 1840;

- as de Bento Gonçalves, presidente da declarada República Rio-Grandense, chegando logo após David Canabarro e vindo de Lages, seguindo em direção às Missões, por volta de 1841;
- as do farroupilha general Portinho, de Cruz Alta com direção a Rio Pardo, em 1843;

A movimentação das tropas e o contexto da Guerra Civil Rio-Grandense afetaram a população moradora do incipiente povoado. Muitos moradores, sobretudo os paulistas e paranaenses, também as famílias que tinham condições, emigraram do território para outros locais a fim de evitar os efeitos do conflito, como foi o caso do capitão Rodrigo Félix Martins e de Alexandre da Motta. Para a população que não pôde se retirar, as dificuldades se davam principalmente no acesso a itens básicos alimentícios, como sal, farinha, entre outros.

A população que ficou no distrito também enfrentou depredações por parte das forças revolucionárias, a recolha de cavalos e gado, bem como os recrutamentos forçados de ambos os lados beligerantes. Nesse contexto, Cruz Alta era um dos municípios com um núcleo de resistência antifarroupilha e, em 1839, houve a conformação da Leal Divisão Cruz-altense por ordem do coronel Vidal José do Pilar, fazendo com que os recrutamentos forçados fossem realizados em todo o território que fazia parte do município. Do mesmo modo os farroupi-

lhas o fizeram, como foi o caso do contingente responsável por vigiar a passagem estratégica do Mato Castelhana, tendo sido recrutados forçosamente homens no distrito de Passo Fundo e de Soledade. Entretanto, no caso dos farroupilhas, os recrutados pelo capitão Felisberto eram simpatizantes do lado imperial, portanto, quando confrontados pela tropa legalista do comandante Hipólito Machado Dias que atacou de surpresa, expuseram ser legalistas e, por isso, suas vidas foram poupadas. Após ultrapassar o Mato Castelhana, o comandante Hipólito teria vindo até Passo Fundo realizar mais recrutamentos forçados, bem como a recolha de cavalos, e foi de onde teria partido em direção a Santa Catarina, deixando aqui encarregado um efetivo sob comando do tenente Lúcio, que prosseguiu com os recrutamentos.

Houve no distrito adesões de ambos os lados do conflito, a saber: o cabo Manoel José das Neves, nomeado alferes e logo depois capitão da Guarda Nacional em 1836, ficou responsável por tal órgão no distrito, sendo imperialista até o fim do conflito. Joaquim Fagundes dos Reis, embora desempenhasse funções governamentais estando subordinado à Câmara de Cruz Alta – em grande parte imperial –, era simpatizante da causa farroupilha e, mesmo não estando envolvido diretamente no conflito, foi denunciado, preso e enviado para a Fortaleza de Villegaignon, no Rio de Janeiro, onde permaneceu encarcerado por um ano, retornando a Passo Fundo em outubro de 1842.

O capitão José Antônio de Quadros, fazendeiro em Pi-

nheiro Marcado, então distrito de Jacuizinho, era declaradamente farroupilha, participando inclusive de um ataque às forças imperialistas do capitão Neves, em 1843. Atanagildo Pinto Martins, sargento-mor e proprietário da Fazenda Santa Bárbara – hoje município de mesmo nome – foi vereador da Câmara Municipal de Cruz Alta de 1834 a 1844, possuía relações e influência no distrito de Passo Fundo, aderiu ao lado imperialista, depois aderiu ao lado farrapo e, por fim, voltou a ser imperialista, lutando inclusive contra os farroupilhas na batalha de Curitibanos, em 1840.

Com o término do conflito, em 1845, o distrito retomou o crescimento populacional e passou a receber novos moradores ou mesmo os que haviam se estabelecido anteriormente, mas se retiraram em função da revolta. Em 1847, a povoação foi elevada à categoria de Freguesia de Nossa Senhora Conceição Aparecida.

PROPOSTA DE ATIVIDADE

Tendo em vista o “descolamento” entre os conteúdos de História, faz-se necessário que o estudo das relações entre o local e nacional/regional seja efetuado quando possível. Na teoria, isso possibilita ao educando identificar-se com a temática em questão, tornando o processo de ensino-aprendizagem realmente significativo. Na vida cotidiana, permite que os munícipes percebam que os lugares onde vivem estão carregados de historicidade. Dessa forma, a proposição desta atividade é utilizar o estudo dos topônimos municipais, em especial os que carregam homenagens ou referências à Guerra Civil Farroupilha. Segundo Ironita Machado, o estudo da toponímia tem possibilidades e etapas metodológicas diversas, podendo ser desenvolvidas individualmente ou em conjunto. Aqui nos interessa, sobretudo, “a caracterização de uma conjuntura, de uma época, ou de um contexto local e sua integração na história nacional”, possibilitada pelas denominações de ruas e loteamentos da cidade com nomes farroupilhas, sendo elas: rua Anita Garibaldi; rua Duque de Caxias; rua Bento Gonçalves; rua Caramuru; loteamento Parque Farroupilha e avenida General Netto.

OBJETIVOS

- identificar, comparar e analisar a diversidade política, social e regional nas rebeliões e nos movimentos contestatórios ao poder centralizado;
- relacionar o contexto nacional do Período Regencial e suas implicações para a eclosão da Revolta Farroupilha, bem como para o contexto regional e local;
- perceber as relações entre os topônimos e o patrimônio com a história local, regional e nacional;
- conhecer a cidade onde moram;
- exercitar a capacidade de localização por meio da utilização de mapas.

METODOLOGIA

1. A aula se inicia com o questionamento acerca do que estava acontecendo no Brasil no período entre 1835 e 1845. A partir das respostas dos educandos, busca-se articular aspectos históricos que envolvem o contexto nacional com o incipiente povoado de Passo Fundo e a Revolta Farroupilha, elencando as causas da rebelião, o movimento de tropas pela região e as consequências para o distrito de Passo Fundo.
2. Explica-se sobre o contexto nacional, regional e local em que eclodiu a Revolta Farroupilha, para que os

educandos percebam as referências ao evento na cidade de Passo Fundo;

3. Entrega-se um mapa atual da cidade, com as ruas e localidades que fazem referências a personagens e ao conflito farroupilha em destaque. Assim, espera-se que os alunos se localizem espacialmente, encontrando a região onde moram e onde fica a escola; além de perceberem quais são os termos em destaque e a relação entre os topônimos e o período da Revolta Farroupilha. O professor pode elencar todos os topônimos no quadro, a fim de facilitar a visualização.
4. Depois de receberem os mapas, a turma é dividida em grupos de acordo com a quantidade de ruas e localidades em destaque, sendo atribuído um topônimo para cada grupo. Dessa forma, cada grupo fica responsável por pesquisar a respeito do topônimo escolhido.
5. Após a pesquisa, é feito um seminário de apresentação dos trabalhos. Ainda, é possível estabelecer um debate a respeito de: como se dá a escolha de topônimos, o que simbolizam, quais os critérios para decidir, quais grupos geralmente são representados e quais grupos são excluídos dessas representações.